

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento dos Povos



Mestrado Próprio

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicção: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Acesso ao site: www.techtute.com/br/ciencias-humanas/mestrado-proprio/mestrado-proprio-cooperacao-internacional-desenvolvimento-povos

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 14

04

Direção do curso

pág. 18

05

Estrutura e conteúdo

pág. 24

06

Metodologia

pág. 48

07

Certificado

pág. 56

01

Apresentação

O compromisso dos países de alta renda com os territórios ao redor do mundo que mais sofrem com a desigualdade e a pobreza em suas múltiplas dimensões é manifestado por meio de sua política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos. Graças à coordenação dos governos e à ação altruísta de milhões de voluntários e associações em todo o mundo, foi possível atuar em áreas carentes, levando alimentos, assistência médica, educação e vários recursos para o progresso. Este é precisamente o campo de ação deste programa 100% online, que tem como objetivo proporcionar ao aluno as melhores estratégias para elaborar, monitorar e avaliar projetos desse tipo de maneira eficaz e segura.



“

Você gostaria de se tornar um especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos? Aposte em um programa de estudos que lhe ofereça todos os recursos necessários para conseguir isso em apenas 12 meses"

O mundo está vivenciando tragédias causadas por dificuldades sociais, políticas e culturais que acontecem em diferentes países. A guerra, a fome, a falta de acesso a serviços de saúde gratuitos e de qualidade, o machismo, a pobreza, as catástrofes naturais etc. Há dezenas de causas que aumentam a diferença de desigualdade entre ambientes desenvolvidos e subdesenvolvidos, lugares onde a cooperação e a ajuda são mais necessárias do que nunca. Por esse motivo, a ação realizada por entidades como a Cruz Vermelha, UNICEF, Save the Children, WWF, etc., em coordenação com organizações governamentais como a ONU, permitiu atuar em áreas carentes, contribuindo para sua recuperação na medida do possível, bem como aliviar os efeitos por meio do fornecimento de recursos básicos: alimentos, roupas e, se necessário, contribuições econômicas.

No entanto, trata-se de uma área que exige um trabalho cuidadoso e organizado, a fim de aproveitar ao máximo cada mídia (seja física ou colaborativa), tentando levá-la ao seu destino da maneira mais eficaz. E precisamente este é o campo de ação no qual este programa se concentra. A TECH apresenta o Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos como uma oportunidade para todos os profissionais que estão buscando uma capacitação na área social para a ajuda e colaboração comunitária. Este curso apresenta uma modalidade 100% online na qual os profissionais encontrarão todas as informações necessárias para realizar o design efetivo de qualquer projeto colaborativo, seu encaminhamento e avaliação. Tudo isso é realizado de maneira sustentável e de acordo com as normas vigentes, com ênfase na promoção dos Direitos Humanos acima de tudo.

Para isso, contará com 1.500 horas do melhor conteúdo teórico, prático e adicional elaborado por uma equipe de alto nível especializada em diferentes áreas, como Direito Internacional, Enfermagem e Educação. Entre eles está a figura de um Diretor Convidado, um elemento de destaque no campo da Cooperação Internacional que contribuirá para essa experiência acadêmica com 10 *masterclasses* exclusivas em formato de vídeo, sobre as diferentes questões que atualmente afetam o Desenvolvimento dos Povos.

Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado. Suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Cooperação Internacional
- ♦ Os conteúdos gráficos, esquemáticos e eminentemente práticos que foram criados, fornecem uma informação técnica e prática sobre aquelas disciplinas que são indispensáveis para a prática profissional.
- ♦ Os exercícios práticos onde o processo de autoavaliação é realizado para melhorar a aprendizagem
- ♦ Um destaque de maior importância para as metodologias inovadoras
- ♦ As lições teóricas, perguntas aos especialistas, fóruns de discussão sobre temas controversos e trabalhos de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso a todo o conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com conexão à internet



Você se aprofundará nos desafios do Desenvolvimento de Povos e nas estratégias mais inovadoras e eficazes para enfrentá-los no contexto global atual"

“

Este Mestrado Próprio lhe proporcionará as ferramentas para realizar seu próprio projeto de cooperação para a promoção dos ODS a partir de múltiplas perspectivas sociais, políticas e culturais”

O corpo docente deste programa de estudos inclui profissionais do setor que trazem para esta capacitação, sua experiência de trabalho, assim como especialistas reconhecidos de empresas líderes e universidades de prestígio.

O conteúdo multimídia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, permitirá ao profissional uma aprendizagem contextualizada, ou seja, realizada através de um ambiente simulado, proporcionando uma capacitação imersiva e programada para praticar diante de situações reais.

O desenho desse programa se concentra na Aprendizagem Baseada em Problemas, por meio da qual o profissional deverá resolver as diferentes situações de prática profissional que surgem ao longo do curso. Para isso, contará com a ajuda de um inovador sistema de vídeo interativo realizado por especialistas reconhecidos nesta área

Um programa com o qual você poderá trabalhar o conhecimento das melhores estratégias de cooperação de onde e quando quiser, graças à sua apresentação 100% online.

Você aprenderá como as organizações internacionais, como a ONU, a UNICEF ou a Cruz Vermelha, estão trabalhando e poderá se aprofundar em suas estratégias de sucesso para uma ajuda eficaz.



02

Objetivos

As desigualdades sociais causadas por guerras, políticas anti-humanitárias e desastres naturais têm graves consequências para as populações desfavorecidas em todo o mundo. Por esse motivo, o objetivo deste programa é fornecer aos alunos todas as informações necessárias para se especializarem na área de Cooperação Internacional, dando-lhes as ferramentas necessárias para realizar projetos de Desenvolvimento de Povos inovadores, eficazes e recompensadoras para as vítimas.



“

Um programa cujo trunfo é a solidariedade e o bom senso para empreender ações de solidariedade eficazes, eficientes e altamente benéficas para as vítimas das inúmeras desigualdades no mundo"



Objetivos gerais

- Proporcionar aos alunos uma capacitação avançada em Cooperação Internacional, de natureza especializada e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permita adquirir e desenvolver as competências e habilidades necessárias para obter uma qualificação como profissional solidarietade
- Proporcionar aos alunos o conhecimento básico do processo de cooperação e desenvolvimento com base nos últimos avanços nas políticas sobre processos de sustentabilidade, envolvendo tanto aspectos econômicos quanto sociais
- Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias para adaptar e resolver os problemas do mundo atual através da pesquisa científica em processos de cooperação e desenvolvimento
- Divulgar as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor, necessário para se adaptar às mudanças políticas dentro da estrutura do Direito Internacional

“

*Compreender a importância da
Cooperação Internacional para o
Desenvolvimento dos Povos é o
principal objetivo desse programa”*





Objetivos específicos

Módulo 1. Desenvolvimento dos Povos: introdução e desafios

- ♦ Compreender a importância do Desenvolvimento dos Povos
- ♦ Tomar consciência dos atores envolvidos no desenvolvimento, o porquê e suas consequências
- ♦ Conhecer e esclarecer conceitos tão básicos como “pobres” e “empobrecidos”
- ♦ Conscientizar sobre a situação mundial e do desenvolvimento
- ♦ Familiarizar o profissional com a estrutura econômica do mundo
- ♦ Gerenciar os conceitos de desenvolvimento sustentável, objetivos sustentáveis, etc., para atingir suas metas e objetivos
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Conhecer diferentes métodos de pesquisa na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Receber conhecimentos sobre metodologias para a defesa de políticas públicas, comunicação social, mudança política
- ♦ Compreender a evolução e o estado dos debates atuais sobre o desenvolvimento
- ♦ Familiarizar o profissional com os instrumentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, assim como com os tipos de projetos e as ONG existentes
- ♦ Desenvolver capacidades para trabalhar com os principais grupos vulneráveis envolvidos em ações e programas de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Compreender o Sistema Internacional de Cooperação e os diferentes atores que o compõem

Módulo 3. Concepção, encaminhamento e avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Conhecer o ciclo de gestão de um projeto de desenvolvimento
- ♦ Conhecer as técnicas, tendências e projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Compreender as principais questões em diferentes contextos regionais e internacionais
- ♦ Conhecer os diferentes sistemas, modalidades e atores básicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Conhecer as especificidades regionais de desenvolvimento e cooperação

Módulo 4. Educação para o Desenvolvimento Humano e Sustentável

- ♦ Realizar ações e programas destinados a aumentar a consciência de determinadas situações de injustiça e a mudar valores para combatê-las
- ♦ Promover a participação da sociedade, principalmente de crianças e adolescentes e entidades do setor na transformação do mundo
- ♦ Criar processos de empoderamento e espaços de participação democrática ativa para crianças, visando transformar as políticas e o modelo de tomada de decisões sobre questões que as afetam
- ♦ Promover a pesquisa e reflexão sobre questões relacionadas com a infância e o desenvolvimento, fundamentando diferentes propostas para promover o desenvolvimento humano
- ♦ Favorecer o trabalho em rede com outras entidades do setor a fim de alcançar um maior impacto em nossas ações
- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais de combate à pobreza

Módulo 5. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- ♦ Identificar os processos de formulação, encaminhamento e avaliação das ações de cooperação para o desenvolvimento, de modo que eles os alunos venham a ter uma compreensão completa do que é um projeto de cooperação
- ♦ Desenvolver uma visão global sobre a natureza, perspectiva e objetivos das ações de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Analisar e avaliar o sentido das prioridades setoriais e geográficas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Identificar os eixos estratégicos que orientam as políticas e ações de cooperação, os setores de ação e os instrumentos para sua implementação
- ♦ Promover o debate e a reflexão sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento de políticas e ações de cooperação e estratégias que visem melhorar sua qualidade e eficácia
- ♦ Conhecer as metodologias de desenvolvimento de projetos e dominar as habilidades técnicas para a identificação, formulação, planejamento, programação, gerenciamento e encaminhamento de projetos de cooperação para o desenvolvimento
- ♦ Capacitar para conhecer em profundidade o contexto e a natureza das ações de ajuda humanitária
- ♦ Avaliar o processo e o resultado final dos diferentes projetos de Cooperação para o Desenvolvimento

Módulo 6. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- ♦ Identificar os diferentes tipos de conflitos armados e distingui-los de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas de tais conflitos; conhecer e entender o sistema de proteção das vítimas e estar em condições de poder executá-lo
- ♦ Estar ciente das limitações que o Direito Humanitário impõe aos combatentes em relação à condução das hostilidades, em respeito as áreas, locais e instalações marcadas com um sinal de proteção, e a exigência de um código de conduta para vítimas, equipe médica e religiosas e organizações humanitárias
- ♦ Identificar situações e pessoas que são particularmente vulneráveis em conflitos armados, estando conscientes da proteção que lhes é concedida pelo direito humanitário internacional
- ♦ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais são realizadas atividades de cooperação, permitindo-lhes identificar seus problemas e necessidades, liderar seus processos de mudança, avaliar sua evolução e decidir sobre novas linhas de ação

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- ♦ Capacitar comunicadores sociais que possam aplicar seus conhecimentos em diferentes níveis
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes estatísticas, técnicas e ferramentas informáticas para organizar informações selecionadas e planejar relatórios, análises e ações de desenvolvimento e cooperação
- ♦ Realizar uma reflexão ética sobre a cooperação, a informação, as imagens e sua aplicabilidade em contextos específicos e fontes de informação

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- ♦ Interiorizar, analisar e compreender o que se faz referência quando falamos de gênero, desenvolvimento e direitos da mulher
- ♦ Reconhecer o papel dos movimentos feministas nos processos de avanço e transformação social
- ♦ Intervir sob uma perspectiva de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 9. Direitos ambientais

- ♦ Compreender a interrelação entre todos os elementos do ambiente e como eles influenciam uns aos outros
- ♦ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e como estes afetam o meio ambiente
- ♦ Analisar os regulamentos e a legislação em vigor sobre o assunto
- ♦ Incorporar de forma transversal os projetos e ações de cooperação nas noções de sustentabilidade e sustentabilidade ambiental e ecológica
- ♦ Compreender a ligação entre migração e o desenvolvimento dos países de origem e de destino

Módulo 10. ONGD e solidariedade local, regional e internacional

- ♦ Gerenciar os conceitos e definições das ONGs
- ♦ Conhecer a diversidade da ONG e suas áreas de trabalho
- ♦ Aprender as linhas gerais da gestão de uma ONG
- ♦ Identificar, compreender e saber como utilizar fontes e ferramentas de trabalho para identificar projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

03

Competências

A TECH desenvolve seus planos de estudo de acordo com os critérios pedagógicos mais inovadores. Dessa forma, não concentra seu conteúdo no aprendizado puramente teórico, mas convida seus alunos a trabalhar no aperfeiçoamento de suas habilidades por meio de material multidisciplinar de alta qualidade, incluindo casos práticos baseados em situações reais. Assim, à medida que avançam no conteúdo do programa, eles vão implementando estratégias e técnicas inovadoras e eficazes em sua prática, contribuindo para seu progresso de forma segura.



“

Com esse programa, você poderá trabalhar para aprimorar suas habilidades de comunicação e escuta, com ênfase em relações com a mídia”



Competências gerais

- ♦ Analisar e compreender as iniciativas globais de combate à pobreza
- ♦ Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos
- ♦ Compreender a realidade sociocultural dos diferentes ambientes regionais e internacionais

“

O programa inclui a participação de um diretor convidado, uma figura de destaque no campo da Cooperação Internacional, que participará do programa por meio de 10 masterclasses exclusivas em formato de vídeo”





Competências específicas

- ♦ Entender o sistema atual de relações internacionais e dos diferentes atores oficiais e não oficiais que o compõem
- ♦ Conhecer os diferentes sistemas e as políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Compreender as causas, dinâmicas e conseqüências da mobilidade humana e da migração
- ♦ Desenvolver capacidades para trabalhar com os principais grupos vulneráveis envolvidos em ações e programas de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Saber analisar as políticas públicas dentro do quadro lógico nas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Compreender as principais questões em diferentes contextos regionais e internacionais
- ♦ Ter capacidades para desenvolver novos instrumentos de Cooperação para o Desenvolvimento e intervir na gestão pública e privada de projetos em diferentes âmbitos regionais
- ♦ Promover a análise e a reflexão crítica dos problemas e as causas que afetam indivíduos, grupos e sociedades, especialmente as crianças, levando a uma mudança de atitudes e comportamento na sociedade
- ♦ Realizar ações e programas destinados a aumentar a consciência de determinadas situações de injustiça e a mudar valores para combatê-las
- ♦ Criar processos de empoderamento e espaços de participação democrática ativa para crianças, visando transformar as políticas e o modelo de tomada de decisão sobre questões que as afetam

04

Direção do curso

Nem todas as universidades incluem em seus programas o acompanhamento docente de equipes especializadas na área em que o curso está sendo desenvolvido. No entanto, a TECH sim. Além disso, esta universidade realiza uma análise completa e exigente, resultando na criação do melhor corpo docente, formado por especialistas com uma ampla e extensa carreira profissional no setor, como é o caso deste Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos.



“

No Campus Virtual, você encontrará uma ferramenta de comunicação direta com o corpo docente, para que possa entrar em contato com seus membros sempre que precisar esclarecer uma dúvida"

Palestrante internacional convidado

Reconhecida internacionalmente por sua experiência e compromisso com a melhoria da atenção em Fisioterapia, a Doutora Susan Linder é especializada no campo da Medicina Física e Reabilitação. Com mais de 20 anos de trajetória profissional, ela tem exercido suas atividades em instituições de saúde de referência, como a Cleveland Clinic, nos Estados Unidos.

Entre suas principais contribuições, destaca-se a implementação dos enfoques mais inovadores para a reabilitação neurológica, incluindo técnicas de neurodesenvolvimento como o método Bobath. Dessa forma, ela tem contribuído para que inúmeros pacientes com Hemiplegia recuperem a máxima independência possível em suas atividades diárias, melhorando assim sua qualidade de vida de maneira significativa. Ademais, desenvolveu programas de reabilitação esportiva que têm ajudado vários atletas a se recuperarem integralmente de suas lesões e a melhorarem seu desempenho de forma notável.

Além de sua atuação clínica, ela também se destaca como Pesquisadora Clínica. Nesse sentido, liderou estudos minuciosos que possibilitaram avanços em intervenções terapêuticas para pacientes com distúrbios neurológicos, como Lesões Cerebrais, Acidentes Cardiovasculares e Doenças Neurodegenerativas. Também desenvolveu métodos sofisticados para otimizar os recursos no tratamento de reabilitação. Graças a isso, os profissionais melhoraram tanto seus resultados clínicos quanto a sustentabilidade financeira no campo da fisioterapia.

Seu trabalho foi reconhecido em diversas ocasiões com prêmios, como o de “Serviço ao Cliente” concedido pelo CCF Health Care Ventures. Comprometida em oferecer uma atenção de excelência aos usuários, adota uma visão integradora que lhe permite adaptar os tratamentos às necessidades específicas de cada paciente, especialmente no contexto da fisioterapia esportiva. Isso possibilitou que os indivíduos experimentassem uma recuperação mais rápida e evitassem complicações secundárias, que vão desde desequilíbrios musculares ou espasticidade até rigidez articular.



D. Piotr, Sasin

- ♦ Diretora de Medicina Física e Reabilitação da Cleveland Clinic, Ohio, EUA
- ♦ Cientista de Projetos no Lerner Research Institute da Cleveland Clinic
- ♦ Supervisora Clínica em Medicina Física e Reabilitação da Cleveland Clinic
- ♦ Fisioterapeuta de Pessoal em Medicina Física e Reabilitação da Cleveland Clinic
- ♦ Doutorado em Fisioterapia pelo D'Youville College
- ♦ Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Youngstown
- ♦ Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade de Indianápolis
- ♦ Licenciatura em Fisioterapia pela Universidade Estadual de Cleveland
- ♦ Membro de:
 - ♦ Associação Americana de Fisioterapia
 - ♦ Associação Americana do Coração
 - ♦ Academia Americana de Neurologia

“

Graças à TECH, você pode aprender com os melhores profissionais do mundo”

Diretoras convidadas



Sra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ♦ Diretora do Gabinete de Estudos da Diretoria do INEM
- ♦ Chefe do Departamento de Educação, Planejamento Estratégico e Coordenadora de Redes de Conhecimento da AECID
- ♦ Formada em Filosofia e Ciências da Educação UCM
- ♦ Especialista em Gestão do Conhecimento
- ♦ Especialista em Avaliação Educacional pela OEI
- ♦ Especialista em Indicadores e Estatísticas Educacionais na UNED
- ♦ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Matéria Educacional pela Universidade de Barcelona

Direção



Sra. María del Pilar Romero Mateos

- ♦ Educadora social especializado em capacitação de crianças
- ♦ Professora de formação profissional
- ♦ Agente de Igualdade de Gênero
- ♦ Autora e colaboradora em projetos Educacionais na Abile Educativa
- ♦ Coautora do livro "Principeso cara de beso"
- ♦ Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Professores

Sra. Araceli Sánchez Garrido

- ♦ Chefe Assistente do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural da DRCC
- ♦ Responsável pela aplicação do Guia de transversalização da diversidade cultural da AECID
- ♦ Professora do Mestrado em Gestão Cultural na Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Formada em Geografia e História, com especialização em Antropologia e Etnologia da América pela Universidade Complutense de Madri
- ♦ Membro do Conselho de Conservadores de Museus designada ao Museu de América em Madri

Sra. Cristina Córdoba

- ♦ Enfermeira especialista em Cooperação Internacional
- ♦ Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ♦ Cofundadora e participante do projeto PalSpain
- ♦ Fundadora da Associação Juvenil APUMAK

Sra. Mercedes Flórez Gómez

- ♦ Especialista em Cooperação Internacional na Ibero-América
- ♦ Diretor do CFCE em Montevideu
- ♦ Formada em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madri
- ♦ Diplomada no Ensino Superior em Cooperação Sul
- ♦ Formada em Ação Humanitária pelo Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária
- ♦ Mestrado em Responsabilidade Social Empresarial pela Universidade Pontifícia de Salamanca
- ♦ Mestrado em Informação e Documentação pela Universidade Antonio de Nebrija
- ♦ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento pelo Instituto Universitario de Desenvolvimento e Cooperação da Universidade Complutense de Madri
- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura pelo OEI

Dra. Marisa Ramos Rollón

- ♦ Especialista em políticas e instituições públicas na América Latina e em governança democrática e políticas de desenvolvimento
- ♦ Coordenadora da área de Governança Democrática no programa Eurosocial
- ♦ Professora Titular de Ciência Política na UCM
- ♦ Responsável pelo setor de Governança Democrática da Agência Espanhola de Cooperação Internacional
- ♦ Professora titular de Ciência Política na Universidade de Salamanca
- ♦ Assessora em temas de Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madri
- ♦ Doutorado em Ciências Políticas pela Universidade Complutense de Madri no programa América Latina Contemporânea
- ♦ Formada em Ciências Políticas com especialização em Relações Internacionais e Estudos Latino-Americanos pela UCM

Sr. Carlos Cano Corcuera

- ♦ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento
- ♦ Coordenador Geral da Cooperação Espanhola na República Dominicana
- ♦ Coordenador Geral da Cooperação Espanhola no México
- ♦ Formado em Biologia com especialização em Zoologia e Graduação em Ecologia Animal
- ♦ Cursos de especialização nas seguintes áreas: Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com uma Perspectiva de Género; Gerenciamento Orientado de Resultados para o Desenvolvimento; Foco na Deficiência de Projetos de Cooperação; Cooperação Delegada da União Europeia

05

Estrutura e conteúdo

A equipe da TECH se esforçou ao máximo para elaborar o melhor programa de estudos possível para este Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos. A equipe de professores responsável trabalhou intensamente na seleção de cada módulo, para que o aluno ao acessá-lo, encontre todas as respostas durante sua capacitação em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos. Além disso, haverá dezenas de horas de material adicional para ampliar cada seção de forma personalizada. Tudo isso 100% online, o que lhe dá a oportunidade de obter essa experiência acadêmica de onde quiser e com um horário totalmente adaptado à sua disponibilidade.



“

Machismo, desigualdade e violência em suas múltiplas representações: neste programa você encontrará as melhores técnicas para lutar contra tudo isso através das melhores estratégias psicológicas e pedagógicas”

Módulo 1. Desenvolvimento dos Povos: introdução e desafios

- 1.1. O desenvolvimento
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. O que se entende por desenvolvimento?
 - 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento através da modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento por dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do desenvolvimento neoinstitucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento através da democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento da identidade cultural
 - 1.1.4. Atores envolvidos no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. De acordo com sua canalização
 - 1.1.4.2. De acordo com sua forma
 - 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que se entende por “empobrecidos”?
 - 1.1.6. Desenvolvimento econômico, social e sustentável
 - 1.1.7. PNUD
 - 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmicas e atores na Sociedade Internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. A Sociedade Internacional
 - 1.2.4. Modelos de Sociedade Internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinâmico
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Características da Sociedade Internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade de referência mundial
 - 1.2.5.2. É diferente da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A Sociedade Internacional requer uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A Sociedade internacional goza de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade
 - 1.2.7. Estrutura da Sociedade Internacional
 - 1.2.7.1. A extensão espacial
 - 1.2.7.2. A diversificação estrutural
 - 1.2.7.3. A dimensão cultural da Sociedade Internacional
 - 1.2.8. A polarização da Sociedade Internacional
 - 1.2.8.1. Conceito
 - 1.2.9. Grau de Institucionalização da Sociedade Internacional
 - 1.2.10. Bibliografia
- 1.3. Livre comércio
 - 1.3.1. Introdução
 - 1.3.2. Interdependência desigual entre os países
 - 1.3.3. Empresas transnacionais
 - 1.3.3.1. O que são?
 - 1.3.4. A situação atual dos intercâmbios comerciais
 - 1.3.4.1. Transnacionais e livre comércio
 - 1.3.5. A OMC
 - 1.3.5.1. Conceito
 - 1.3.5.2. Breve história
 - 1.3.5.3. As atividades da OMC são construídas em torno de três pilares
 - 1.3.6. Rodadas, conferências e lobbies
 - 1.3.7. Relações comerciais justas
 - 1.3.8. Coordenador de ONG para o Desenvolvimento da Espanha (CONGDE)
 - 1.3.8.1. Propostas CONGDE
 - 1.3.9. Responsabilidade Social Corporativa
 - 1.3.10. Um pacto global
 - 1.3.11. O comércio justo
 - 1.3.11.1. Definição internacional
 - 1.3.12. Bibliografia

- 1.4. Desenvolvimento sustentável e educação
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Educação sobre o desenvolvimento sustentável ea Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.2.1. Principais diferenças
 - 1.4.3. Sustentabilidade
 - 1.4.3.1. Conceito
 - 1.4.4. Desenvolvimento sustentável
 - 1.4.4.1. Conceito
 - 1.4.5. Componentes de desenvolvimento sustentável
 - 1.4.6. Princípios do desenvolvimento sustentável
 - 1.4.7. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
 - 1.4.7.1. Definição
 - 1.4.8. História da educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.4.8.1. Conceito
 - 1.4.9. Reorientar a educação
 - 1.4.10. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
 - 1.4.11. Bibliografia
- 1.5. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - 1.5.2.1. Antecedentes
 - 1.5.3. Campanha do Milênio
 - 1.5.4. Resultados dos ODM
 - 1.5.5. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
 - 1.5.5.1. Definição
 - 1.5.5.2. Quem está envolvido?
 - 1.5.6. O que são as ODS?
 - 1.5.6.1. Características
 - 1.5.7. Diferenças entre ODM e ODS
 - 1.5.8. Agenda do Desenvolvimento Sustentável
 - 1.5.8.1. Agenda 2030
 - 1.5.8.2. Os ODSs são legalmente obrigatórios?
 - 1.5.9. Monitorando a realização dos ODSs
 - 1.5.10. Bibliografia
- 1.6. Teorias sobre desenvolvimento sustentável
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.2. Agentes de desenvolvimento
 - 1.6.3. Problemas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 1.6.3.1. Habilidades
 - 1.6.4. A ONU e seu trabalho de desenvolvimento
 - 1.6.4.1. A história do ONU
 - 1.6.4.2. A ONU e sustentabilidade
 - 1.6.5. Programa 21: Agenda 21 da ONU
 - 1.6.5.1. Objetivos da Agenda 21
 - 1.6.6. PNUD
 - 1.6.6.1. História do PNUD
 - 1.6.6.2. Objetivos do PNUD
 - 1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável
 - 1.6.7.1. Decrescimento
 - 1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável
 - 1.6.8.1. Ecodesenvolvimento
 - 1.6.9. Bibliografia

- 1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação
 - 1.7.1. Introdução
 - 1.7.2. Conceito de Movimento social
 - 1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais
 - 1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais
 - 1.7.5. Definições dos autores destacados
 - 1.7.6. Desafio coletivo
 - 1.7.7. A busca de um objetivo comum
 - 1.7.8. Evolução dos movimentos sociais
 - 1.7.9. Participação e consolidação da democracia
 - 1.7.10. Os movimentos sociais mais importantes dos últimos anos na Europa
 - 1.7.11. Bibliografia
- 1.8. Desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.1. Introdução
 - 1.8.2. Comunidade
 - 1.8.2.1. De quem depende o sucesso de uma comunidade?
 - 1.8.3. Conceito de participação
 - 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.5. Traços que definem o desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6. Processos para alcançar o desenvolvimento comunitário
 - 1.8.6.1. Diagnóstico participativo
 - 1.8.6.2. Plano de desenvolvimento
 - 1.8.6.3. Planejamento participativo
 - 1.8.6.4. Plano de desenvolvimento comunitário
 - 1.8.7. Doze lições de desenvolvimento comunitário participativo
 - 1.8.8. Fatores fundamentais
 - 1.8.9. Bibliografia
- 1.9. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano
 - 1.9.2.1. Princípios do IDH
 - 1.9.2.2. Objetivos do IDH
 - 1.9.2.3. Limitações da IDH
 - 1.9.2.4. Tipos de Indicações
 - 1.9.3. Características do desenvolvimento humano
 - 1.9.4. Metodologia para calcular o IDH
 - 1.9.5. Outros índices de desenvolvimento humano
 - 1.9.5.1. Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade
 - 1.9.5.2. Índice de desigualdade de gênero
 - 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)
 - 1.9.6. PNUD- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
 - 1.9.7. Conclusões
 - 1.9.8. Bibliografia
- 1.10. Parcerias locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONG para o Desenvolvimento?
 - 1.10.3. Os movimentos estatais de desenvolvimento
 - 1.10.4. Pobreza zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. Suas organizações constituintes
 - 1.10.5. Coordenadora de ONGs para o Desenvolvimento Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Planos estratégicos
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
 - 1.10.6. Coordenadores automáticos
 - 1.10.7. Grupos de Ação Social
 - 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 2.1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. O que é Cooperação Internacional para o Desenvolvimento?
 - 2.1.3. Objetivos e propósitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.4. Objetivos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento português
 - 2.1.5. Evolução de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Brasil
 - 2.1.6. Origens e evolução histórica da Cooperação Internacional
 - 2.1.7. Os planos de reconstrução da Europa no conflito bipolar
 - 2.1.8. Os processos de descolonização nos anos do pós-guerra
 - 2.1.9. Crise de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.10. Mudanças na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.1.11. Bibliografia
- 2.2. Modalidades e Instrumentos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.1. Introdução
 - 2.2.2. Principais instrumentos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.2.1. Cooperação para o desenvolvimento
 - 2.2.2.2. Educação para o desenvolvimento
 - 2.2.2.3. Assistência técnica, treinamento e pesquisa
 - 2.2.2.4. Ações humanitárias
 - 2.2.3. Outras ferramentas de cooperação
 - 2.2.3.1. Cooperação econômica
 - 2.2.3.2. Ajuda financeira
 - 2.2.3.3. Cooperação científica e tecnológica
 - 2.2.3.4. Ajuda alimentar
 - 2.2.4. Modalidades de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.5. Tipos de modalidades
 - 2.2.5.1. Modalidade de acordo com a origem dos fundos
 - 2.2.6. Tipos de ajuda de acordo com os atores que canalizam os fundos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.2.6.1. Bilateral
 - 2.2.6.2. Multilateralidade
 - 2.2.6.3. Cooperação descentralizada
 - 2.2.6.4. Cooperação não-governamental
 - 2.2.6.5. Cooperação empresarial
 - 2.2.7. Segundo a situação geopolítica e o nível de desenvolvimento dos países doadores e receptores
 - 2.2.8. De acordo com a existência ou não de limitações no uso dos fundos
 - 2.2.9. Outras ferramentas de cooperação codesenvolvimento
 - 2.2.9.1. Intervenções de codesenvolvimento
 - 2.2.10. Bibliografia
 - 2.3. Organizações multilaterais
 - 2.3.1. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento
 - 2.3.2. Atores de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.3.3. Os atores do sistema de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
 - 2.3.4. Definições relevantes da Organização Internacional (OI)
 - 2.3.5. Características das Organizações Internacionais
 - 2.3.5.1. Tipos de Organizações Internacionais
 - 2.3.6. Vantagens da cooperação multilateral
 - 2.3.7. Contribuições das Organizações Internacionais para o Sistema Multilateral
 - 2.3.8. Instituições Financeiras Multilaterais (IFM)
 - 2.3.8.1. Características das IFM
 - 2.3.8.2. Composição das IMF
 - 2.3.8.3. Tipos de Instituições Financeiras Multilaterais
 - 2.3.9. Bibliografia

- 2.4. Fontes de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Diferença entre cooperação governamental e não-governamental
 - 2.4.3. Instituições Financeiras Multilaterais
 - 2.4.4. O Fundo Monetário Internacional (FMI)
 - 2.4.5. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional USAID
 - 2.4.5.1. Quem são?
 - 2.4.5.2. A história do USAID
 - 2.4.5.3. Setores de intervenção
 - 2.4.6. A União Europeia
 - 2.4.6.1. Objetivos da UE
 - 2.4.6.2. Objetivos gerais da ação externa da UE
 - 2.4.7. Instituições Multilaterais não-financeiras
 - 2.4.7.1. Lista de Instituições Multilaterais Não-Financeiras
 - 2.4.7.2. Ações das Instituições Multilaterais Não-Financeiras
 - 2.4.8. Organização das Nações Unidas
 - 2.4.9. Bibliografia
- 2.5. Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2018-2021
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. Desafios de ação e gestão para a Cooperação Espanhola
 - 2.5.3. O que é um Plano Diretor?
 - 2.5.3.1. Plano Diretor da Cooperação Espanhola
 - 2.5.3.2. Áreas que compõem o V Plano Diretor da CE
 - 2.5.4. Objetivos do Plano Diretor
 - 2.5.4.1. Objetivos gerais do V Plano Diretor da CID
 - 2.5.5. Prioridades geográficas para ação no âmbito do Plano Diretor da CID
 - 2.5.6. Agenda 2030
 - 2.5.6.1. O que é a Agenda 2030?
 - 2.5.6.2. Desenvolvimento da Agenda 2030
 - 2.5.6.3. Especificações gerais
 - 2.5.6.4. Implementação da Agenda 2030
 - 2.5.7. Bibliografia





- 2.6. Ação humanitária
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.2. A ajuda humanitária no contexto internacional
 - 2.6.3. Tendências em ação humanitária
 - 2.6.4. Objetivos principais da ação humanitária
 - 2.6.5. Primeira Estratégia de Ação Humanitária na Cooperação Espanhola
 - 2.6.6. AECID e Ação Humanitária
 - 2.6.7. O financiamento da ação humanitária e sua evolução
 - 2.6.8. Princípios do Direito Humano Internacional e da ação humanitária
 - 2.6.9. Sumário
 - 2.6.10. Bibliografia
- 2.7. Foco em gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. O que é foco de gênero?
 - 2.7.3. Por que é importante integrar o gênero nos processos de desenvolvimento?
 - 2.7.4. A abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.5. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.7.6. Objetivos do V Plano Diretor de Cooperação Espanhola em termos de promoção dos direitos e oportunidades para homens e mulheres
 - 2.7.7. Objetivos prioritários de igualdade no CID
 - 2.7.8. Estratégia Setorial de Gênero na Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento
 - 2.7.9. Guia de Integração da Perspectiva de Gênero
 - 2.7.10. Bibliografia
- 2.8. Foco em D H Na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.8.1. Introdução
 - 2.8.2. Direitos Humanos
 - 2.8.3. Abordagem dos Direitos Humanos na Cooperação para o Desenvolvimento
 - 2.8.4. Como surgiu a abordagem dos Direitos Humanos
 - 2.8.5. Elementos que a abordagem os D H na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 2.8.5.1. Novo marco de referência: normas internacionais de Direitos Humanos
 - 2.8.5.2. Um novo olhar sobre o desenvolvimento da capacidade
 - 2.8.5.3. Participação em políticas públicas
 - 2.8.5.4. Prestação de contas

- 2.8.6. Desafios da abordagem em D H nas intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento
- 2.8.7. Desafios na identificação e formulação de projetos
- 2.8.8. Desafios na execução de projetos
- 2.8.9. Desafios no encaminhamento e avaliação de projetos
- 2.8.10. Bibliografia
- 2.9. Mobilidade e migração humana
 - 2.9.1. Introdução
 - 2.9.2. Migrações
 - 2.9.2.1. Os primeiros movimentos humanos
 - 2.9.2.2. Tipos de migração
 - 2.9.2.3. Causas de migrações
 - 2.9.3. Organização na era da globalização
 - 2.9.3.1. Melhoria das condições de vida
 - 2.9.3.2. Vulnerabilidade e migração
 - 2.9.4. Segurança humana e conflitos
 - 2.9.5. Desafios do Sistema Internacional de Asilo
 - 2.9.6. ACNUDH
 - 2.9.7. Estratégia de migração baseada nos Direitos Humanos
 - 2.9.8. Bibliografia

Módulo 3. Concepção, encaminhamento e avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 3.1. Conhecimentos fundamentais para o design de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 3.1.1. Introdução
 - 3.1.2. Significado do projeto
 - 3.1.3. Tipos de projetos
 - 3.1.4. O ciclo de projetos
 - 3.1.5. Passos para desenvolver um projeto
 - 3.1.6. Identificação
 - 3.1.7. Designer
 - 3.1.8. Implementação e encaminhamento
 - 3.1.9. Avaliação
 - 3.1.10. Bibliografia

- 3.2. A abordagem do marco lógico
 - 3.2.1. Introdução
 - 3.2.2. O que é a abordagem do marco lógico?
 - 3.2.3. Aproximações ao método
 - 3.2.4. Definições de métodos
 - 3.2.5. Passos do método
 - 3.2.6. Conclusão
 - 3.2.7. Bibliografia
- 3.3. A Identificação do projeto de acordo com a Matriz do Marco Lógico I
 - 3.3.1. Introdução
 - 3.3.2. Análise da participação
 - 3.3.3. Critérios para a seleção dos beneficiários de um projeto
 - 3.3.4. Esquema dos resultados da análise da participação
 - 3.3.5. Dificuldades na análise da participação
 - 3.3.6. Regras de ouro da análise da participação
 - 3.3.7. Caso prático
 - 3.3.7.1. As doenças na comunidade do Montecito
 - 3.3.7.2. Análise de participação
 - 3.3.8. Bibliografia
- 3.4. Identificação do projeto de acordo com a Matriz do Marco Lógico II
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Análise de problemas potenciais
 - 3.4.3. Como surge a árvore de problemas
 - 3.4.4. Passos para desenvolver uma árvore de problemas
 - 3.4.5. Problemas na elaboração de uma árvore de problemas
 - 3.4.6. Conclusão
 - 3.4.6.1. Análise dos objetivos
 - 3.4.6.2. Árvore de problemas
 - 3.4.7. Bibliografia

- 3.5. A identificação do projeto de acordo com a Matriz do Marco Lógico III
 - 3.5.1. Análise de alternativas
 - 3.5.2. Como realizar a análise das alternativas
 - 3.5.3. Critérios para avaliar alternativas
 - 3.5.4. Sequência para conduzir a análise de alternativas
 - 3.5.5. Conclusão
 - 3.5.6. Bibliografia
- 3.6. O design de projetos de acordo com a matriz do marco lógico
 - 3.6.1. Introdução
 - 3.6.2. Matriz de planejamento
 - 3.6.2.1. Lógica vertical
 - 3.6.2.2. Lógica horizontal
 - 3.6.3. Origem da matriz de planejamento
 - 3.6.4. Composição da matriz de planejamento
 - 3.6.5. Conteúdos da matriz de planejamento
 - 3.6.6. Bibliografia
- 3.7. Indicadores e avaliação de Projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos
 - 3.7.1. Introdução
 - 3.7.2. O que é viabilidade?
 - 3.7.3. Fatores de Viabilidade
 - 3.7.4. Avaliação
 - 3.7.5. Tipos de avaliação
 - 3.7.6. Critérios de avaliação
 - 3.7.7. Projeto da avaliação
 - 3.7.8. Indicadores de avaliação
 - 3.7.9. Ferramentas de compilação e análise de dados
 - 3.7.10. Levantamento de informações
 - 3.7.11. Bibliografia

- 3.8. O design de projetos de acordo com a Matriz do Marco Lógico II: caso prático
 - 3.8.1. Introdução
 - 3.8.2. Apresentação de estudo de caso
 - 3.8.2.1. Doenças na comunidade do Montecito
 - 3.8.3. Anexos
 - 3.8.4. Bibliografia

Módulo 4. Educação para o desenvolvimento humano e sustentável

- 4.1. A Educação para o Desenvolvimento humano e sustentável
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. Crescimento econômico, social e sustentável
 - 4.1.3. Desenvolvimento sustentável , sustentabilidade e educação
 - 4.1.4. Educação sobre o desenvolvimento sustentável e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 4.1.4.1. Diferenças principais
 - 4.1.4.2. Sustentabilidade
 - 4.1.4.3. Desenvolvimento sustentável
 - 4.1.5. Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
 - 4.1.6. Bibliografia
- 4.2. Educação para o Desenvolvimento e a sua evolução
 - 4.2.1. Introdução
 - 4.2.2. Objetivos da Educação para o Desenvolvimento
 - 4.2.2.1. Finalidade das atividades de ED
 - 4.2.2.2. Finalidade da ED
 - 4.2.3. Dimensões da ED
 - 4.2.4. História da ED
 - 4.2.5. Reorientar a educação
 - 4.2.6. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
 - 4.2.7. Exercícios para introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável
 - 4.2.7.1. Toma todo hoy o todos toman siempre I
 - 4.2.7.2. Toma todo hoy o todos toman siempre II
 - 4.2.7.3. Observações sobre o jogo “Toma todo hoy o todos toman siempre”
 - 4.2.8. Bibliografia

- 4.3. Estratégias de Intervenção da educação para o desenvolvimento
 - 4.3.1. O ensino formal, não formal e informal
 - 4.3.2. Reorientar a educação
 - 4.3.3. Componentes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
 - 4.3.4. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável
 - 4.3.5. Problemas:
 - 4.3.6. Estrutura para ensinar ou discutir questões ambientais
 - 4.3.7. Habilidades
 - 4.3.8. Perspectivas
 - 4.3.9. Bibliografia
- 4.4. Desafios da Educação para o Desenvolvimento na Espanha e no mundo
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Componentes do EDS
 - 4.4.2.1. Valores
 - 4.4.3. Desafios e barreiras à ESD
 - 4.4.3.1. Desafios enfrentados pela ESD
 - 4.4.4. Bibliografia
- 4.5. Educação, participação e transformação social
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.1.1. A administração durante a mudança
 - 4.5.2. Processo para provocar a mudança
 - 4.5.2.1. Tomar a decisão de agir
 - 4.5.2.2. Reforce sua decisão com uma razão
 - 4.5.2.3. Prepare uma estratégia de comunicação para compartilhar sua visão com as partes interessadas e a comunidade
 - 4.5.2.4. Preparar metas finais e intermediárias
 - 4.5.2.5. Estabelecer responsabilidades e métodos para a avaliação programática
 - 4.5.2.6. Rever e revisar as metas finais e intermediárias
 - 4.5.2.7. Recompensas e celebrações
 - 4.5.3. Exercícios para criar metas de sustentabilidade para a comunidade através da participação pública
 - 4.5.3.1. Conhecer seus vizinhos
 - 4.5.3.2. Geramos um consenso
 - 4.5.3.3. Sua comunidade através da lente da sustentabilidade
 - 4.5.4. Bibliografia
- 4.6. Atores da ED
 - 4.6.1. Introdução
 - 4.6.2. Atores: a Administração Geral do Estado
 - 4.6.3. Atores: Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação: Secretaria do Estado de Cooperação Internacional para Ibero-América e Caribe (SECIPIC)
 - 4.6.4. Atores: Ministério da Educação e Ciência
 - 4.6.5. Outros ministérios
 - 4.6.6. Conselho de Cooperação
 - 4.6.7. ONGD
 - 4.6.8. Atores: Coordenação das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento da Espanha (CONGDE)
 - 4.6.9. Atores: Espaço Europeu
 - 4.6.10. Outros atores
 - 4.6.10.1. Meios de comunicação
 - 4.6.10.2. Redes, associações e movimentos sociais
 - 4.6.11. Atores: Universidades
 - 4.6.12. Bibliografia
- 4.7. Educação para o Desenvolvimento de ambiente formal, não formal e informal
 - 4.7.1. Reorientar a educação existente
 - 4.7.1.1. Pontos a considerar
 - 4.7.1.2. A educação como uma grande esperança para um futuro sustentável
 - 4.7.2. A história da professora Mafalda
 - 4.7.2.1. Contexto
 - 4.7.2.2. Estrutura
 - 4.7.2.3. Atributos da cidadania global
 - 4.7.2.4. Recomendações práticas de acordo com alguns fatores determinantes
 - 4.7.3. Bibliografia
- 4.8. Comparação de estratégia de Educação para o Desenvolvimento da Cooperação
 - 4.8.1. Introdução
 - 4.8.2. Conceito de educação não formal
 - 4.8.3. Atividades de ED de educação não formal
 - 4.8.4. Educação informal

- 4.8.5. Áreas da educação informal
 - 4.8.5.1. Meios de comunicação
 - 4.8.5.2. Campanhas de conscientização em incidência política
 - 4.8.5.3. Estudos, pesquisas e publicações
 - 4.8.5.4. Internet e redes sociais
- 4.8.6. Recomendações
- 4.8.7. Bibliografia
- 4.9. Educação para o Desenvolvimento Áreas de ação de acordo com o Plano Diretor de Cooperação
 - 4.9.1. Introdução
 - 4.9.2. Estratégia de Educação para o Desenvolvimento do V Plano Diretor da CE
 - 4.9.3. Objetivos do Plano Diretor da ED
 - 4.9.4. Estratégia Setorial do Plano Diretor da ED
 - 4.9.4.1. PAS
 - 4.9.4.2. Estratégias
 - 4.9.5. As linhas estratégicas da AECID para a ED
 - 4.9.6. Geração de cidadania global em redes sociais
 - 4.9.7. Bibliografia
- 4.10. Projetos de ED no mundo
 - 4.10.1. Introdução
 - 4.10.2. Economia social "Zafra Local" do movimento ONGD Movimento Páramo, cooperação e desenvolvimento
 - 4.10.2.1. Em que se baseia este projeto?
 - 4.10.2.2. Objetivos do projeto
 - 4.10.2.3. A moeda local como centro do projeto
 - 4.10.2.4. Exemplos na Espanha
 - 4.10.2.5. Exemplos na Europa
 - 4.10.2.6. Dois formatos
 - 4.10.2.7. Moeda para apoiar o comércio local
 - 4.10.2.8. Moeda para favorecer o consumo local
 - 4.10.2.9. Moeda solidária
 - 4.10.2.10. Moeda de feiras
 - 4.10.2.11. Processo participativo
 - 4.10.3. Bibliografia

Módulo 5. Ação Humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

- 5.1. Ações humanitárias
 - 5.1.1. Introdução
 - 5.1.2. O que é ação humanitária?
 - 5.1.2.1. Conceito e definições
 - 5.1.3. Definição de humanitário
 - 5.1.4. Qual é a finalidade da ajuda humanitária?
 - 5.1.5. Objetivos da ação humanitária
 - 5.1.6. Beneficiários da ação humanitária
 - 5.1.7. Conceito de socorro
 - 5.1.8. A ajuda de emergência
 - 5.1.8.1. Linhas de atuação para assistência de emergência
 - 5.1.9. Ajuda Humanitária
 - 5.1.9.1. Diferenças entre a ajuda humanitária e a ação humanitária
 - 5.1.10. Conclusões
 - 5.1.11. Bibliografia
- 5.2. Ação humanitária e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 5.2.1. Introdução
 - 5.2.2. História da ação humanitária
 - 5.2.2.1. Humanitarismo moderno
 - 5.2.2.2. Evolução
 - 5.2.3. Princípios éticos e operacionais da ação humanitária
 - 5.2.4. Princípios humanitários
 - 5.2.4.1. Dilemas que contribuem
 - 5.2.5. Humanidade
 - 5.2.5.1. Definição e dilemas
 - 5.2.6. Imparcialidade
 - 5.2.6.1. Definição e dilemas
 - 5.2.7. Neutralidade
 - 5.2.7.1. Definição e dilemas

- 5.2.8. Independência
 - 5.2.8.1. Definição e dilemas
- 5.2.9. Universalidade
 - 5.2.9.1. Definição e dilemas
- 5.2.10. Conclusões
- 5.2.11. Bibliografia
- 5.3. Conteúdo e objetivos específicos da ação humanitária I
 - 5.3.1. Introdução
 - 5.3.2. Ação humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento
 - 5.3.2.1. O humanitarismo clássico e o novo humanitarismo
 - 5.3.2.2. Vinculação de emergência e desenvolvimento
 - 5.3.3. Abordagem LRRD
 - 5.3.3.1. Conceito de *Continuum* e *Contiguum*
 - 5.3.4. Ação Humanitária e a LRRD
 - 5.3.5. Preparação, mitigação e prevenção
 - 5.3.6. Redução de vulnerabilidades e fortalecimento das capacidades
 - 5.3.7. Bibliografia
- 5.4. Conteúdos e objetivos específicos da ação humanitária II
 - 5.4.1. Proteção das vítimas
 - 5.4.1.1. O direito ao asilo e ao refúgio
 - 5.4.1.2. Interferências humanitárias
 - 5.4.2. Supervisão/acompanhamento internacional do respeito
 - 5.4.3. Testemunhar e denunciar violações de DH
 - 5.4.4. A pressão política (lobby) das ONGs
 - 5.4.4.1. O acompanhamento e a presença internacional
 - 5.4.5. Ação política de alto nível
 - 5.4.6. Códigos de conduta
 - 5.4.7. Projetos ESFERA
 - 5.4.7.1. Carta Humanitária
 - 5.4.7.2. Normas Mínimas
 - 5.4.7.3. O Padrão Humanitário Essencial
 - 5.4.7.4. Avaliação da ação humanitária
 - 5.4.7.5. Por que avaliar a ação humanitária?
 - 5.4.8. Bibliografia
- 5.5. Atores da ação humanitária
 - 5.5.1. Introdução
 - 5.5.2. Quais são os atores da ação humanitária?
 - 5.5.3. A população afetada
 - 5.5.4. Os governos afetados
 - 5.5.5. ONGs
 - 5.5.6. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e da Meia Lua Vermelha
 - 5.5.7. Governos doadores
 - 5.5.8. Agências humanitárias da ONU
 - 5.5.9. A União Europeia
 - 5.5.10. Outros atores
 - 5.5.10.1. Entidades do setor privado
 - 5.5.10.2. Meios de comunicação
 - 5.5.10.3. Forças Militares
 - 5.5.11. Bibliografia
- 5.6. Principais desafios para os atores e a ação humanitária
 - 5.6.1. Introdução
 - 5.6.2. A Cúpula Humanitária Mundial
 - 5.6.2.1. A Agenda para a Humanidade
 - 5.6.3. As principais necessidades de olhar para o futuro
 - 5.6.4. Aumentar o peso e a capacidade dos atores locais
 - 5.6.4.1. Carta para Mudança
 - 5.6.5. Desafios organizacionais para as ONGs em nível internacional
 - 5.6.6. A necessidade de considerar questões humanitárias como uma questão global por parte das Nações Unidas
 - 5.6.7. Bibliografia
- 5.7. OCAH O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários
 - 5.7.1. Objetivos
 - 5.7.2. Organização das Nações Unidas
 - 5.7.3. ONU e Ação Humanitária

- 5.7.4. O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários OCAH
 - 5.7.4.1. A origem da OCAH
 - 5.7.4.2. A evolução da OCAH
 - 5.7.4.3. A reforma humanitária de 2005
 - 5.7.4.4. A abordagem de agrupamento
 - 5.7.4.5. Os instrumentos de coordenação da OCHA
 - 5.7.4.6. A Missão da OCAH
 - 5.7.4.7. Planos estratégico da OCAH 2018-2021
- 5.7.5. Bibliografia
- 5.8. O Escritório de Ação Humanitários OAH
 - 5.8.1. Objetivos
 - 5.8.2. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
 - 5.8.3. Ação humanitária espanhola
 - 5.8.4. AECID O Escritório de Ação Humanitários (OAH)
 - 5.8.5. O Escritório de Ação Humanitários (OAH)
 - 5.8.5.1. Os objetivos e funções da OAH
 - 5.8.5.2. O financiamento da OAH
 - 5.8.6. Bibliografia
- 5.9. Estratégias Comparativas de Ação Humanitária para o Desenvolvimento
 - 5.9.1. Objetivos
 - 5.9.2. Introdução
 - 5.9.3. A participação da Espanha na Cúpula Humanitária Mundial
 - 5.9.3.1. Tendências na cúpula do Escritório de Ação Humanitária da AECID
 - 5.9.4. O V Plano Diretor da Cooperação Espanhola 2018-2021
 - 5.9.5. O projeto START
 - 5.9.5.1. Objetivos e propósitos do projeto START
 - 5.9.5.2. A equipe do projeto START
 - 5.9.6. Conclusão
 - 5.9.7. Bibliografia

Módulo 6. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 6.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 6.1.1. Introdução
 - 6.1.2. Conceito e definição de Direitos Humanos
 - 6.1.3. Declaração Universal dos DH
 - 6.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
 - 6.1.3.2. Autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.3.3. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 6.1.4. Bibliografia
- 6.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 6.2.1. O que é o Direito Humanitário Internacional? (DIH)
 - 6.2.2. Ramificações do IDH
 - 6.2.3. A Convenção de Genebra e as regras fundamentais que sustentam as Convenções de Genebra
 - 6.2.4. Âmbito do Direito Humano Internacional
 - 6.2.4.1. Proibições e restrições gerais sobre certos métodos e meios de guerra
 - 6.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 6.2.5. Quando o DIH se aplica?
 - 6.2.6. Quem o DIH protege e como?
 - 6.2.7. Bibliografia
- 6.3. A ONU e os DH
 - 6.3.1. ONU Organização das Nações Unidas
 - 6.3.1.1. O que é?
 - 6.3.1.2. A história da ONU
 - 6.3.1.3. ONU e Direitos Humanos
 - 6.3.2. Como a ONU promove e protege os Direitos Humanos?
 - 6.3.2.1. Alto comissariado para os Direitos Humanos
 - 6.3.2.2. Conselho de Direitos Humanos
 - 6.3.2.3. UNDG-HRM
 - 6.3.2.4. Consultores especiais sobre a prevenção de genocídio e a responsabilidade de proteger
 - 6.3.3. Conclusões
 - 6.3.4. Bibliografia

- 6.4. Instrumentos de proteção dos DH da ONU
 - 6.4.1. Introdução
 - 6.4.2. Instrumentos legais que auxiliam a ONU na proteção dos Direitos Humanos
 - 6.4.2.1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.4.2.2. Democracia:
 - 6.4.2.3. Outros órgãos da ONU encarregados de proteger os Direitos Humanos
 - 6.4.3. Vários órgãos que lidam com várias questões
 - 6.4.4. Secretário Geral
 - 6.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 6.4.6. Comissão sobre o Status da Mulher (CSW)
 - 6.4.7. Bibliografia
- 6.5. Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.5.1. Introdução
 - 6.5.2. O que é Direito Internacional dos Direitos Humanos?
 - 6.5.2.1. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.5.3. Principais diferenças entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 6.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 6.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 6.5.5. Bibliografia
- 6.6. Organizações não-governamentais e os DH
 - 6.6.1. Introdução
 - 6.6.1.1. O que é uma ONG para o Desenvolvimento?
 - 6.6.2. As ONGs e os Direitos Humanos
 - 6.6.3. Categorias das ONGs pelos Direitos Humanos
 - 6.6.4. Principais características das ONGs de Direitos Humanos
 - 6.6.5. Bibliografia
- 6.7. Modelos de DH no mundo
 - 6.7.1. Introdução
 - 6.7.2. Casos de violações de Direitos Humanos (DH) por artigos
 - 6.7.2.1. Artigo 3. Direito de viver em liberdade
 - 6.7.2.2. Artigo 4. Sem escravidão
 - 6.7.2.3. Artigo 5. Sem tortura
 - 6.7.2.4. Artigo 13. Liberdade de movimento
 - 6.7.2.5. Artigo 18. Liberdade de pensamento,
 - 6.7.2.6. Artigo 19. Liberdade de expressão
 - 6.7.2.7. Artigo 21. Direito à democracia
 - 6.7.3. Bibliografia
- 6.8. Direitos Humanos Ambientais
 - 6.8.1. Proteção ambiental como direito humano
 - 6.8.2. O meio ambiente tem direitos?
 - 6.8.3. Evolução dos Direitos Humanos diante de casos sem direitos
 - 6.8.4. Direitos da natureza Evolução
 - 6.8.4.1. Declaração de Intenções Relator especial
 - 6.8.5. O direito ambiental
 - 6.8.5.1. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
 - 6.8.6. Bibliografia
- 6.9. ONG de Direitos Humanos
 - 6.9.1. Introdução
 - 6.9.2. Lista de ONGs que trabalham em pelos Direitos Humanos
 - 6.9.2.1. 1 kilo de ajuda
 - 6.9.2.2. A.B Soleil d'Afrique
 - 6.9.2.3. Aasara
 - 6.9.2.4. Ação Andina
 - 6.9.2.5. Ação Global Solidária
 - 6.9.2.6. Ação Verapaz
 - 6.9.2.7. ADANE Amics per al Desenvolupament a l'Àfrica Negra
 - 6.9.3. Bibliografia

Módulo 7. Comunicação social e transformadora

- 7.1. Fundamentos da Comunicação
 - 7.1.1. Introdução
 - 7.1.2. O que é comunicação?
 - 7.1.2.1. Conceito e definição
 - 7.1.3. Objetivos, públicos e mensagens
 - 7.1.4. Direito à informação e comunicação
 - 7.1.4.1. Liberdade de opinião e de expressão
 - 7.1.5. Acesso e participação
 - 7.1.6. Breve panorama dos meios segundo a tipologia
 - 7.1.6.1. Imprensa escrita
 - 7.1.6.2. Rádios
 - 7.1.6.3. Televisão
 - 7.1.6.4. Internet e redes sociais
 - 7.1.7. Conclusões
- 7.2. Comunicação e poder na era digital
 - 7.2.1. O que é o poder?
 - 7.2.1.1. O poder na era global
 - 7.2.2. Notícias falsas, monitoramento e vazamentos
 - 7.2.3. Meios de comunicação públicos
 - 7.2.4. Mídias comerciais
 - 7.2.4.1. Grandes conglomerados na Europa
 - 7.2.4.2. Grandes conglomerados na América Latina
 - 7.2.4.3. Outros conglomerados
 - 7.2.5. Meios alternativos
 - 7.2.5.1. Evolução da mídia alternativa na Espanha
 - 7.2.5.2. Tendências atuais
 - 7.2.5.3. O problema do Financiamento
 - 7.2.5.4. Jornalismo profissional / Jornalismo ativista
 - 7.2.6. Iniciativas para a democratização da comunicação
 - 7.2.6.1. Exemplos na Europa
 - 7.2.6.2. Exemplos na América Latina
 - 7.2.7. Conclusões
- 7.3. Comunicação e cooperação internacional
 - 7.3.1. A comunicação social
 - 7.3.1.1. Conceito
 - 7.3.1.2. Temas
 - 7.3.2. Atores: associações e centros de pesquisa
 - 7.3.2.1. Movimentos sociais
 - 7.3.3. Redes de colaboração e intercâmbio
 - 7.3.4. Cooperação, educação para a transformação social e comunicação
 - 7.3.4.1. Tipos de comunicação das ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.3.5. Códigos de conduta
 - 7.3.5.1. Marketing social
 - 7.3.6. A educomunicação
 - 7.3.7. O trabalho com mídias alternativas
 - 7.3.8. O trabalho com os meios de propriedade pública e os meios comerciais
 - 7.3.9. Comunicação e cooperação em tempos de crise
 - 7.3.9.1. Impactos técnicos e laborais
 - 7.3.9.2. Impactos nos movimentos sociais
 - 7.3.10. Tensões entre o jornalismo profissional e o jornalismo ativista
- 7.4. Comunicação e igualdade de gênero
 - 7.4.1. Introdução
 - 7.4.2. Conceitos fundamentais
 - 7.4.3. Mulheres nos meios de comunicação
 - 7.4.3.1. Representação e visibilidade
 - 7.4.4. Produção de mídia e tomada de decisões
 - 7.4.5. A Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo J)
 - 7.4.6. Comunicação feminista e linguagem inclusiva
 - 7.4.6.1. Conceitos básicos
 - 7.4.7. Como identificar e evitar os estereótipos
 - 7.4.8. Guia de boas práticas
 - 7.4.9. Exemplos de iniciativas
 - 7.4.10. Conclusões

- 7.5. Comunidade e desenvolvimento sustentável
 - 7.5.1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)
 - 7.5.1.1. Proposta e limites
 - 7.5.2. O Antropoceno
 - 7.5.2.1. Mudança climática e desenvolvimento humano
 - 7.5.3. A comunicação sobre "desastres naturais" da ONGD
 - 7.5.3.1. Cobertura regular nos meios de comunicação de massa
 - 7.5.4. Possibilidades de Incidência das ONGDs
 - 7.5.5. Defensoras e defensores do meio ambiente na América Latina
 - 7.5.5.1. Os dados: ameaças e mortes
 - 7.5.6. Como as ONGs para o Desenvolvimento podem comunicar o trabalho dos defensores?
- 7.6. Comunicação e migração
 - 7.6.1. Introdução
 - 7.6.2. Principais conceitos e dados
 - 7.6.3. O discurso do ódio e sua base
 - 7.6.3.1. Desumanização e vitimização
 - 7.6.4. Necropolítica
 - 7.6.5. Cobertura regular nos meios de comunicação de massa
 - 7.6.6. Redes sociais, WhatsApp e rumores
 - 7.6.7. Possibilidades de incidência desde as ONGDs
 - 7.6.7.1. Como reconhecer os preconceitos
 - 7.6.7.2. Superando o eurocentrismo
 - 7.6.8. Boas práticas e diretrizes sobre comunicação e migração
 - 7.6.9. Conclusões
- 7.7. Comunicação e construção da paz
 - 7.7.1. Introdução
 - 7.7.2. Jornalismo de Paz Jornalismo de Guerra
 - 7.7.2.1. Características
 - 7.7.3. Um breve panorama histórico de belicismo
 - 7.7.4. Comunicação sobre conflitos armados e processos de paz
 - 7.7.5. Jornalistas em conflitos armados
 - 7.7.6. Possibilidades para as ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.7.6.1. Mudança de foco para a solução
 - 7.7.7. Pesquisa e diretrizes



- 7.8. Educomunicação para caminhar
 - 7.8.1. Introdução
 - 7.8.2. Pedagogia e educação popular
 - 7.8.3. Alfabetização midiática
 - 7.8.4. Projetos de educomunicação
 - 7.8.4.1. Características
 - 7.8.4.2. Agentes
 - 7.8.5. Comunicação em massa para a mudança social
 - 7.8.5.1. O componente de comunicação em outros projetos
 - 7.8.6. A importância da comunicação interna nas ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.8.7. Comunicação aos parceiros e colaboradores
 - 7.8.8. Conclusões
- 7.9. Cultura digital e ONGs de desenvolvimento
 - 7.9.1. Introdução
 - 7.9.2. Mudanças de paradigma e novos espaços
 - 7.9.2.1. Características e principais agentes e redes
 - 7.9.3. A tirania do clique
 - 7.9.4. A imposição da brevidade
 - 7.9.5. Participação dos cidadãos na sociedade digital
 - 7.9.5.1. Mudanças de solidariedade e o ativismo na cultura digital
 - 7.9.6. Promover a participação das ONGs para o Desenvolvimento nos espaços digitais
 - 7.9.7. Indicadores da comunicação 2.0 nas ONGs para o Desenvolvimento
 - 7.9.8. Conclusões
- 7.10. Na prática
 - 7.10.1. Introdução
 - 7.10.2. Elaboração de plano de comunicação organizacional
 - 7.10.2.1. Introdução plano de comunicação
 - 7.10.3. Planos de comunicação de projetos e ações
 - 7.10.4. Conteúdo básico e erros comuns em websites
 - 7.10.5. Planos de publicação em redes sociais
 - 7.10.6. Gestão de crises e questões não programadas na mídia social
 - 7.10.7. Sujeito, verbo e predicado
 - 7.10.7.1. Recordando noções
 - 7.10.8. Conclusões

Módulo 8. Igualdade e cooperação

- 8.1. Gênero e cooperação
 - 8.1.1. Introdução
 - 8.1.2. Conceitos fundamentais
 - 8.1.2.1. Questões de gênero a serem consideradas
 - 8.1.3. Empoderamento
 - 8.1.3.1. Introdução
 - 8.1.3.2. Conceito de empoderamento
 - 8.1.3.3. O que é empoderamento?
 - 8.1.3.4. Uma breve história do empoderamento
 - 8.1.4. O movimento feminista no mundo
 - 8.1.4.1. Conceito
 - 8.1.4.2. Uma breve história do feminismo no mundo
 - 8.1.5. Bibliografia
- 8.2. Evolução histórica dos movimentos feministas Principais correntes
 - 8.2.1. Introdução
 - 8.2.1.1. Antecedentes históricos
 - 8.2.2. As precursoras do movimento feminista
 - 8.2.3. Sufragistas nos Estados Unidos e Europa
 - 8.2.4. Exemplos na América Latina
 - 8.2.5. Feminismo como um movimento social ou novo feminismo
 - 8.2.6. O feminismo contemporâneo
 - 8.2.6.1. Os feminismos do século XXI
 - 8.2.6.2. Evolução dos movimentos feministas de destaque
 - 8.2.7. Bibliografia
- 8.3. Patriarcados regionais e movimentos de mulheres
 - 8.3.1. Patriarcado
 - 8.3.1.1. Introdução
 - 8.3.1.2. Conceito de patriarcado
 - 8.3.1.3. Conceito de matriarcado
 - 8.3.1.4. Principais características do patriarcado no mundo

- 8.3.2. Movimentos históricos influentes de mulheres no mundo
 - 8.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
 - 8.3.2.1.1. Primeira convenção para os direitos das mulheres
 - 8.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para as mulheres
 - 8.3.2.1.3. A medicina contra a mutilação genital feminina
 - 8.3.2.1.4. A revolta das mulheres em Aba
 - 8.3.2.1.5. O mundo do trabalho em transformação
 - 8.3.2.1.6. No trabalho e na greve, com força
 - 8.3.2.1.7. Nasce a Organização das Nações Unidas
 - 8.3.2.1.8. As mulheres do mundo
 - 8.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
 - 8.3.2.1.10. Ativistas, unam-se
 - 8.3.2.1.11. CEDAW
 - 8.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres
 - 8.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
 - 8.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim
 - 8.3.2.1.15. Resolução 1325 do Conselho de Segurança
 - 8.3.2.1.16. Declaração do Milênio das Nações Unidas
 - 8.3.2.1.17. Ação coletiva pela paz
 - 8.3.2.1.18. A Gangue Gulabi: justiça para as mulheres
 - 8.3.2.1.19. Desafiando o status quo
 - 8.3.3. Bibliografia
- 8.4. Divisão do trabalho: arranjos tradicionais e dinâmicas contemporâneas
 - 8.4.1. Introdução
 - 8.4.2. Divisão sexual do trabalho
 - 8.4.2.1. Restrições intrínsecas e extrínsecas à participação das mulheres no trabalho
 - 8.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres em empregos remunerados
 - 8.4.2.3. Masculinidades e trabalho remunerado
 - 8.4.3. Divisão do trabalho entre homens e mulheres
 - 8.4.4. Feminização da pobreza
 - 8.4.5. Dados sobre a participação no mercado de trabalho, as diferenças de gênero e as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho
 - 8.4.5.1. Indicações
 - 8.4.5.2. Empregada por ramo de atividade
 - 8.4.5.3. Empregada por tipo de profissão
 - 8.4.5.4. Empregada por status profissional
 - 8.4.5.5. Empregada por tipo de cargo
 - 8.4.6. Bibliografia
- 8.5. Políticas de cuidados e economia
 - 8.5.1. Os cuidados para a vida
 - 8.5.2. Efeitos na vida das mulheres
 - 8.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado no âmbito doméstico e outros trabalhos de cuidado
 - 8.5.2.2. Conceito de conciliação
 - 8.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a reconciliação
 - 8.5.3. Cuidados e tarefas domésticas Crianças que frequentam centros de educação e cuidado Lar com dependentes
 - 8.5.3.1. Frequência semanal de cuidados e tarefas domésticas Espanha e UE-28
 - 8.5.3.2. Horas semanais dedicadas a cuidados e tarefas domésticas
 - 8.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais cuidando de dependentes (por idade e sexo)
 - 8.5.4. Novas masculinidades
 - 8.5.5. Bibliografia
- 8.6. Gênero e migração
 - 8.6.1. Causas e situações globais das migrações
 - 8.6.2. Desenvolvimentos históricos na migração
 - 8.6.3. Fenômeno de feminização das migrações
 - 8.6.4. Características dos fluxos migratórios a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.6.5. Efeitos sobre as mulheres dos processos migratórios
 - 8.6.6. Conclusão
 - 8.6.7. Estratégia de migração com perspectiva de gênero
 - 8.6.8. Bibliografia
- 8.7. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.7.1. Introdução

- 8.7.2. O sistema internacional de Cooperação para o Desenvolvimento
 - 8.7.2.1. Objetivos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento português
 - 8.7.2.2. Políticas e instrumentos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero
 - 8.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de gênero na Cooperação Internacional para o desenvolvimento
- 8.7.3. Gênero e *Advocacy*
- 8.7.4. Gênero e desenvolvimento
- 8.7.5. Planejamento que responda às questões de gênero
 - 8.7.5.1. Diretrizes para processos de planejamento
- 8.7.6. Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDPF) e ferramentas disponíveis da cooperação espanhola
- 8.7.7. Diretrizes para a transversalização
 - 8.7.7.1. Lista de verificação
 - 8.7.7.2. Lista de verificação da Fase 1 Etapa 0
- 8.7.8. Bibliografia
- 8.8. Políticas públicas com uma perspectiva de gênero
 - 8.8.1. Introdução
 - 8.8.2. Economia e desenvolvimento
 - 8.8.2.1. Bases econômicas do desenvolvimento
 - 8.8.2.2. Definição de economia de desenvolvimento
 - 8.8.2.3. Evolução economia de desenvolvimento
 - 8.8.3. Economia de gênero
 - 8.8.4. Políticas públicas com uma perspectiva de gênero
 - 8.8.5. Metodologia de orçamentação com abordagem de gênero
 - 8.8.6. Índice de Desenvolvimento Humano na perspectiva de gênero
 - 8.8.6.1. Conceito
 - 8.8.6.2. Parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano
 - 8.8.7. Bibliografia
- 8.9. A perspectiva de gênero na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
 - 8.9.1. Gênero na cooperação internacional Evolução histórica
 - 8.9.2. Conceitos básicos
 - 8.9.2.1. Igualdade de gênero
 - 8.9.2.2. Igualdade de gênero
 - 8.9.2.3. Identidade de gênero
 - 8.9.2.4. Masculinidades
 - 8.9.2.5. Patriarcado
 - 8.9.2.6. Divisão sexual de trabalho
 - 8.9.2.7. Papéis de gênero
 - 8.9.2.8. Abordagem setorial
 - 8.9.2.9. Abordagem transversal
 - 8.9.2.10. Necessidades práticas
 - 8.9.2.11. Interesses estratégicos de gênero
 - 8.9.3. Por que é importante integrar o gênero nos processos de desenvolvimento?
 - 8.9.4. Decálogo para a integração da abordagem de gênero
 - 8.9.5. Indicadores de gênero
 - 8.9.5.1. Conceito
 - 8.9.5.2. Áreas que podem ser alvo de indicadores
 - 8.9.5.3. Características dos indicadores de gênero
 - 8.9.5.4. Finalidade dos indicadores de gênero
 - 8.9.6. Bibliografia

Módulo 9. Direitos ambientais

- 9.1. Direitos ambientais
 - 9.1.1. Introdução
 - 9.1.2. O que é?
 - 9.1.3. O que é o direito ambiental
 - 9.1.4. Características do direito ambiental
 - 9.1.5. Natureza jurídica
 - 9.1.6. Antecedentes
 - 9.1.7. História

- 9.1.8. Objetivo do direito ambiental
 - 9.1.8.1. Fontes
- 9.1.9. Princípios
- 9.1.10. Objetivos
- 9.2. Direitos ambientais
 - 9.2.1. O que entendemos por meio ambiente?
 - 9.2.2. Quais são nossos direitos ambientais?
 - 9.2.2.1. Quais são?
 - 9.2.3. Direito de desfrutar de um ambiente saudável
 - 9.2.4. Direito de acesso à informação
 - 9.2.5. Direito à participação na gestão ambiental
 - 9.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 9.2.7. Princípios gerais do direito ambiental
 - 9.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 9.2.8.1. Estocolmo, 1972
 - 9.2.8.2. Rio de Janeiro, 1992
 - 9.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 9.2.10. Conclusão
- 9.3. Objetivo do direito ambiental
 - 9.3.1. Introdução
 - 9.3.2. O que são os direitos ambientais?
 - 9.3.2.1. Definição e conceito
 - 9.3.3. Quais são os direitos ambientais?
 - 9.3.4. Dever de conservar o meio ambiente
 - 9.3.5. Obrigação de cumprir as normas ambientais
 - 9.3.6. Dever de vigilância cidadã
 - 9.3.7. Dever de informar
 - 9.3.8. Obrigação por danos ambientais
 - 9.3.9. Conclusões
- 9.4. Participação cidadã na proteção ambiental
 - 9.4.1. Introdução
 - 9.4.2. Monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.2.1. Introdução
 - 9.4.2.2. Conceito de monitoramento
 - 9.4.2.3. O que é monitoramento ambiental participativo?
 - 9.4.2.4. Para que serve?
 - 9.4.2.5. Quem pode participar?
 - 9.4.2.6. Plano de monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 9.4.2.8. Etapas do monitoramento ambiental participativo
 - 9.4.2.9. Fases
- 9.5. Programação dos Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
 - 9.5.1. Introdução
 - 9.5.2. Definição e conceito
 - 9.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 9.5.3.1. Objetivo geral
 - 9.5.4. História e evolução
 - 9.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUMA?
 - 9.5.5. Missão do PNUMA
 - 9.5.6. Atividades
 - 9.5.7. Localização do PNUMA
 - 9.5.7.1. A nível nacional e internacional
 - 9.5.8. Quarto programa de Montevideu para o Desenvolvimento e Teste Periódico de Direito Ambiental
 - 9.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 9.5.9. Conclusão
- 9.6. Mudança ambiental global e mudança climática
 - 9.6.1. Introdução
 - 9.6.2. Ambiente global
 - 9.6.2.1. Conceito
 - 9.6.3. Mudança climática
 - 9.6.3.1. Conceito
 - 9.6.4. Evolução da teoria da mudança climática
 - 9.6.5. Mudança ambiental global
 - 9.6.5.1. Passado e presente

- 9.6.6. Características da mudança ambiental global
 - 9.6.6.1. Mudanças ao nível do mar
- 9.6.7. Consequências da mudança ambiental global
- 9.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
- 9.6.9. Mudança climática e impacto na agricultura
- 9.6.10. Estratégias e dilemas de sobrevivência
 - 9.6.10.1. Migração
- 9.7. Direitos ambientais no mundo
 - 9.7.1. Introdução
 - 9.7.2. Países que lutam pelos direitos ambientais
 - 9.7.3. Equador
 - 9.7.4. Espanha
 - 9.7.5. México
 - 9.7.6. Peru
 - 9.7.7. O desenvolvimento sustentável
 - 9.7.7.1. Conceito
 - 9.7.8. História e evolução
 - 9.7.9. Óticas do Desenvolvimento Sustentável (DS)
 - 9.7.10. Lei geral do desenvolvimento florestal sustentável
 - 9.7.10.1. Descrição
 - 9.7.10.2. Objetivo

Módulo 10. ONGD e solidariedade local, regional e internacional

- 10.1. As ONGs
 - 10.1.1. Introdução
 - 10.1.2. Significado da sigla ONG
 - 10.1.3. O que é uma ONG?
 - 10.1.3.1. Definição e conceito
 - 10.1.4. Condições das ONGs
 - 10.1.5. História e evolução das ONGs
 - 10.1.5.1. Quando e como nascem?
 - 10.1.6. Funções das ONGs
 - 10.1.7. Financiamento das ONGs
 - 10.1.7.1. Fundos públicos
 - 10.1.7.2. Fundos privados
 - 10.1.8. Tipos de ONG
 - 10.1.9. Funcionamento das ONGs
 - 10.1.10. O Trabalho das ONG
- 10.2. Tipos de ONG
 - 10.2.1. Introdução
 - 10.2.2. Classificação ONGs mundiais
 - 10.2.2.1. Tipos de classificação
 - 10.2.3. Tipos de ONGs de acordo com sua orientação
 - 10.2.3.1. Quantos tipos segundo sua orientação existem?
 - 10.2.4. ONG de caridade
 - 10.2.5. ONG de serviços
 - 10.2.6. ONG participativas
 - 10.2.7. ONG de defesa
 - 10.2.8. Tipos de ONGs de acordo com sua área de atividade
 - 10.2.8.1. Áreas
 - 10.2.9. ONG de base comunitária
 - 10.2.10. ONG cidadã
 - 10.2.11. ONGs nacionais
 - 10.2.12. ONGs internacionais
- 10.3. As ONGs: desenvolvimento e solidariedade
 - 10.3.1. Introdução
 - 10.3.2. Mudanças na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e sua relação com as ONGs
 - 10.3.2.1. Principais linhas
 - 10.3.3. O "Terceiro Mundo" e as ONGs
 - 10.3.4. A era humanitária Da intervenção à aldeia global
 - 10.3.4.1. Médicos Sem Fronteiras, Médicos do Mundo, etc
 - 10.3.5. Movimentos contra o terceiro mundo
 - 10.3.6. ONGs e ciência
 - 10.3.6.1. Pesquisa científica
 - 10.3.7. A força de trabalho das ONGs
 - 10.3.8. Vieses ideológicos das ONGs
 - 10.3.9. Conclusão

- 10.4. Legislação das ONGs
 - 10.4.1. Que tipo de legislação se aplica às ONGs?
 - 10.4.1.1. Introdução
 - 10.4.2. Leis específicas
 - 10.4.3. Leis de caráter genérico
 - 10.4.4. Regulamentos estatal
 - 10.4.4.1. Tipos de leis e decretos
 - 10.4.5. Normas autônomas
 - 10.4.5.1. Introdução
 - 10.4.6. Normas autônomas de Andaluzia
 - 10.4.7. Normas autônomas de Canarias
 - 10.4.8. Normas autônomas de Catalunha
 - 10.4.9. Normas autônomas do País Basco
 - 10.4.10. Obrigações das associações
- 10.5. Tipos de associações existentes
 - 10.5.1. Introdução
 - 10.5.2. Diferenças entre associações, sindicatos, federações ou coordenadores e conferências
 - 10.5.3. Associações juvenis
 - 10.5.3.1. Definição e conceito
 - 10.5.4. Legislação sobre associações juvenis
 - 10.5.5. Principais características das associações de jovens
 - 10.5.6. Coordenadoras
 - 10.5.6.1. Definição e conceito
 - 10.5.6.2. Objetivos
 - 10.5.7. Características das coordenadoras
 - 10.5.8. Federações
 - 10.5.8.1. Definição e conceito
 - 10.5.9. Características e objetivos das federações
 - 10.5.10. Tipos de federações
- 10.6. AECID e outras agências de cooperação regional
 - 10.6.1. Introdução
 - 10.6.2. AECID
 - 10.6.2.1. Significado da sigla
 - 10.6.3. Definição e conceito
 - 10.6.4. Objetivos
 - 10.6.5. Missão
 - 10.6.5.1. Visão da agência
 - 10.6.6. Estrutura
 - 10.6.7. Escritórios Técnicos da AECID
 - 10.6.8. Modalidades e instrumentos de cooperação
 - 10.6.9. Fundo para promoção do desenvolvimento
 - 10.6.10. Conclusão
- 10.7. Setores de cooperação da AECID
 - 10.7.1. Introdução
 - 10.7.2. Água e saneamento
 - 10.7.2.1. Como trabalham?
 - 10.7.3. Crescimento econômico
 - 10.7.3.1. Como trabalham?
 - 10.7.4. Cultura e ciência
 - 10.7.4.1. Como trabalham?
 - 10.7.5. Gênero
 - 10.7.5.1. Como trabalham?
 - 10.7.6. Educação
 - 10.7.6.1. Como trabalham?
 - 10.7.7. Desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutrição
 - 10.7.7.1. Como trabalham?
 - 10.7.8. Governança democrática
 - 10.7.8.1. Como trabalham?
 - 10.7.9. Meio ambiente e mudança climática
 - 10.7.9.1. Como trabalham?
 - 10.7.10. Saúde
 - 10.7.10.1. Como trabalham?

- 10.8. Países onde a AECID coopera
 - 10.8.1. Introdução
 - 10.8.2. Prioridades geográficas
 - 10.8.2.1. O que são?
 - 10.8.3. Países e territórios parceiros
 - 10.8.3.1. Presente e futuro
 - 10.8.4. América Latina
 - 10.8.4.1. 12 projetos
 - 10.8.5. Caribe
 - 10.8.6. Norte da África e Oriente Próximo
 - 10.8.6.1. Quatro projetos
 - 10.8.7. África Subsaariana Ocidental
 - 10.8.7.1. Três projetos
 - 10.8.8. África Central, Oriental e Austral
 - 10.8.8.1. Três projetos
 - 10.8.9. Ásia
 - 10.8.9.1. Um projeto
- 10.9. Estratégia e gestão de uma ONG
 - 10.9.1. Introdução
 - 10.9.2. Gestionar uma ONG
 - 10.9.3. Planeamento estratégico da ONG
 - 10.9.3.1. O que é?
 - 10.9.3.2. Como se faz?
 - 10.9.4. Gestionar a qualidade da ONG
 - 10.9.4.1. Qualidade e compromisso
 - 10.9.5. Partes interessadas
 - 10.9.5.1. Relação das partes interessadas
 - 10.9.6. Responsabilidade social da ONG
 - 10.9.7. Risco ético de terceiros
 - 10.9.8. Relação entre as ONGs e o setor privado
 - 10.9.9. Transparência e prestação de contas
 - 10.9.10. Conclusão
- 10.10. ONGs nacionais e internacionais
 - 10.10.1. ONGs nacionais
 - 10.10.1.1. Projetos principais
 - 10.10.2. ONGs internacionais
 - 10.10.2.1. Projetos principais
 - 10.10.3. ACNUR
 - 10.10.3.1. História
 - 10.10.3.2. Objetivos
 - 10.10.3.3. Principais áreas de trabalho
 - 10.10.4. *Mercy Corps*
 - 10.10.4.1. Quem são?
 - 10.10.4.2. Objetivos
 - 10.10.4.3. Área de trabalho
 - 10.10.5. Plano internacional
 - 10.10.5.1. Quem são?
 - 10.10.5.2. Objetivos
 - 10.10.5.3. Principais áreas de trabalho
 - 10.10.6. Médicos Sem Fronteiras
 - 10.10.6.1. Quem são?
 - 10.10.6.2. Objetivos
 - 10.10.6.3. Área de trabalho
 - 10.10.7. Ceras
 - 10.10.7.1. Quem são?
 - 10.10.7.2. Objetivos
 - 10.10.7.3. Principais áreas de trabalho
 - 10.10.8. Oxfam Intermó
 - 10.10.9. UNICEF
 - 10.10.10. Save the children

06

Metodologia

Este curso oferece uma maneira diferente de aprender. Nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: o **Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas faculdades de medicina mais prestigiadas do mundo e foi considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações científicas, como o **New England Journal of Medicine**.



“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para realizá-la através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que se mostrou extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Estudo de caso para contextualizar todo o conteúdo

Nosso programa oferece um método revolucionário para desenvolver as habilidades e o conhecimento. Nosso objetivo é fortalecer as competências em um contexto de mudança, competitivo e altamente exigente.

“

Com a TECH você irá experimentar uma maneira de aprender que está revolucionando as bases das universidades tradicionais em todo o mundo”



Você terá acesso a um sistema de aprendizagem baseado na repetição, por meio de um ensino natural e progressivo ao longo de todo o programa.



Um método de aprendizagem inovador e diferente

Este curso da TECH é um programa de ensino intensivo, criado do zero, que propõe os desafios e decisões mais exigentes nesta área, em âmbito nacional ou internacional. Através desta metodologia, o crescimento pessoal e profissional é impulsionado em direção ao sucesso. O método do caso, técnica que constitui a base deste conteúdo, garante que a realidade econômica, social e profissional mais atual seja adotada.

“

Nosso programa prepara você para enfrentar novos desafios em ambientes incertos e alcançar o sucesso na sua carreira”

Através de atividades de colaboração e casos reais, o aluno aprenderá a resolver situações complexas em ambientes reais de negócios.

O método do caso é o sistema de aprendizagem mais utilizado nas principais escolas de Ciências Humanas do mundo, desde que elas existem. Desenvolvido em 1912 para que os alunos de Direito pudessem aprender a lei não apenas com base no conteúdo teórico, o método do caso consistia em apresentar situações reais e complexas para que os alunos tomassem decisões e justificassem como resolvê-las.

Em 1924 foi estabelecido como o método de ensino padrão em Harvard.

Em uma determinada situação, o que um profissional deveria fazer? Esta é a pergunta que abordamos no método do caso, um método de aprendizagem orientado para a ação. Ao longo do programa, os alunos irão se deparar com diversos casos reais. Terão que integrar todo o conhecimento, pesquisar, argumentar e defender suas ideias e decisões.

Metodologia Relearning

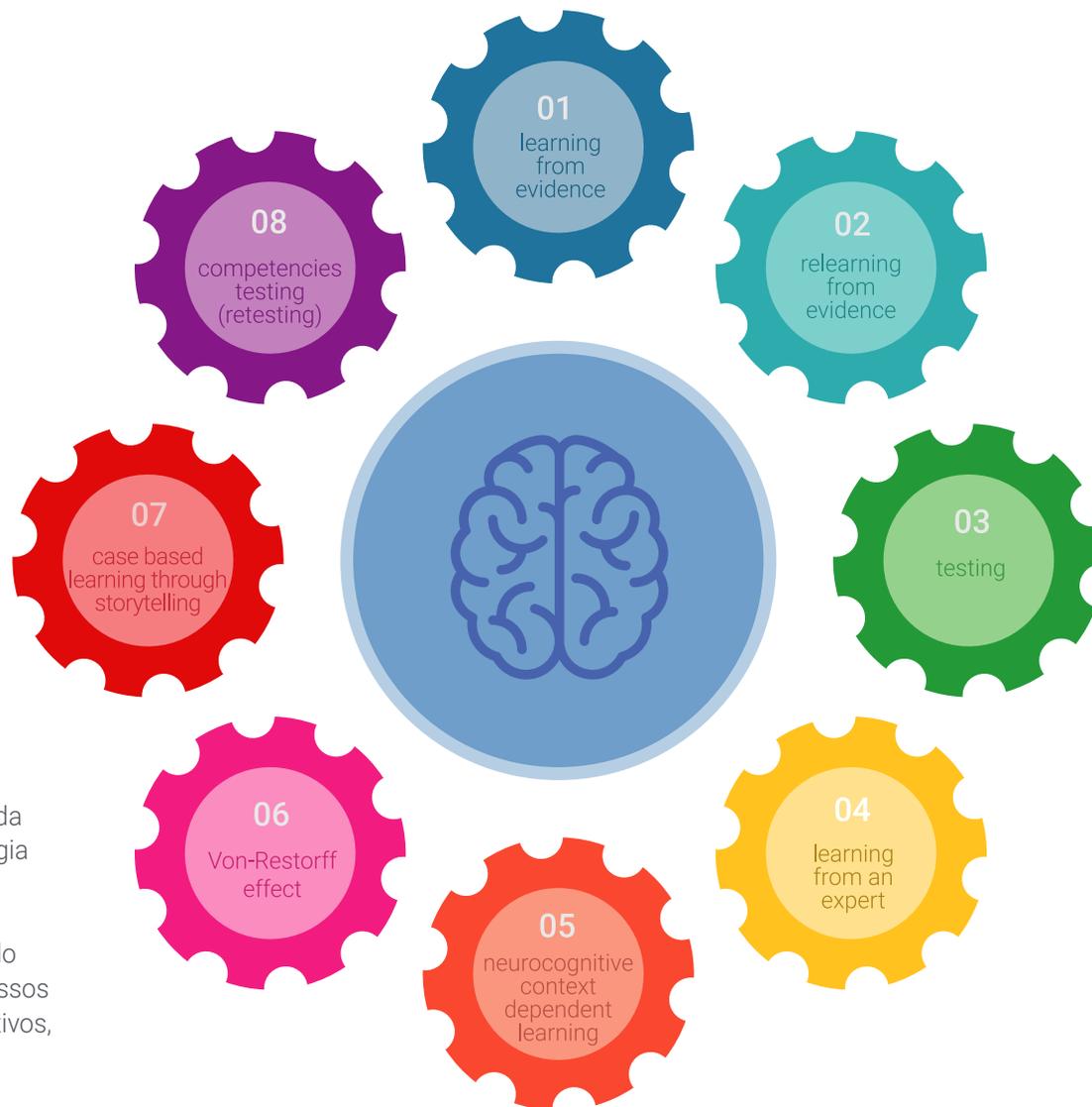
A TECH utiliza de maneira eficaz a metodologia do estudo de caso com um sistema de aprendizagem 100% online, baseado na repetição, combinando 8 elementos didáticos diferentes em cada aula.

Potencializamos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

Em 2019 alcançamos os melhores resultados de aprendizagem entre todas as universidades online do mundo.

Na TECH você aprenderá através de uma metodologia de vanguarda, desenvolvida para capacitar os profissionais do futuro. Este método, na vanguarda da pedagogia mundial, se chama Relearning.

Nossa universidade é uma das únicas que possui a licença para usar este método de sucesso. Em 2019 conseguimos melhorar os níveis de satisfação geral de nossos alunos (qualidade de ensino, qualidade dos materiais, estrutura dos cursos, objetivos, entre outros) com relação aos indicadores da melhor universidade online.



No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, ela acontece em espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, combinamos cada um desses elementos de forma concêntrica. Esta metodologia já capacitou mais de 650 mil universitários com um sucesso sem precedentes em campos tão diversos como a bioquímica, a genética, a cirurgia, o direito internacional, habilidades administrativas, ciência do esporte, filosofia, direito, engenharia, jornalismo, história, mercados e instrumentos financeiros. Tudo isso em um ambiente altamente exigente, com um corpo discente com um perfil socioeconômico médio-alto e uma média de idade de 43,5 anos.

O Relearning permitirá uma aprendizagem com menos esforço e mais desempenho, fazendo com que você se envolva mais em sua especialização, desenvolvendo o espírito crítico e sua capacidade de defender argumentos e contrastar opiniões: uma equação de sucesso.

A partir das últimas evidências científicas no campo da neurociência, sabemos como organizar informações, ideias, imagens, memórias, mas sabemos também que o lugar e o contexto onde aprendemos algo é fundamental para nossa capacidade de lembrá-lo e armazená-lo no hipocampo, para mantê-lo em nossa memória a longo prazo.

Desta forma, no que se denomina Neurocognitive context-dependent e-learning, os diferentes elementos do nosso programa estão ligados ao contexto onde o aluno desenvolve sua prática profissional.



Neste programa, oferecemos o melhor material educacional, preparado especialmente para os profissionais:



Material de estudo

Todo o conteúdo foi criado especialmente para o curso pelos especialistas que irão ministrá-lo, o que faz com que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Posteriormente, esse conteúdo é adaptado ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isso, com as técnicas mais inovadoras que proporcionam alta qualidade em todo o material que é colocado à disposição do aluno.



Masterclasses

Há evidências científicas sobre a utilidade da observação de terceiros especialistas.

O "Learning from an expert" fortalece o conhecimento e a memória, além de gerar segurança para a tomada de decisões difíceis no futuro



Práticas de habilidades e competências

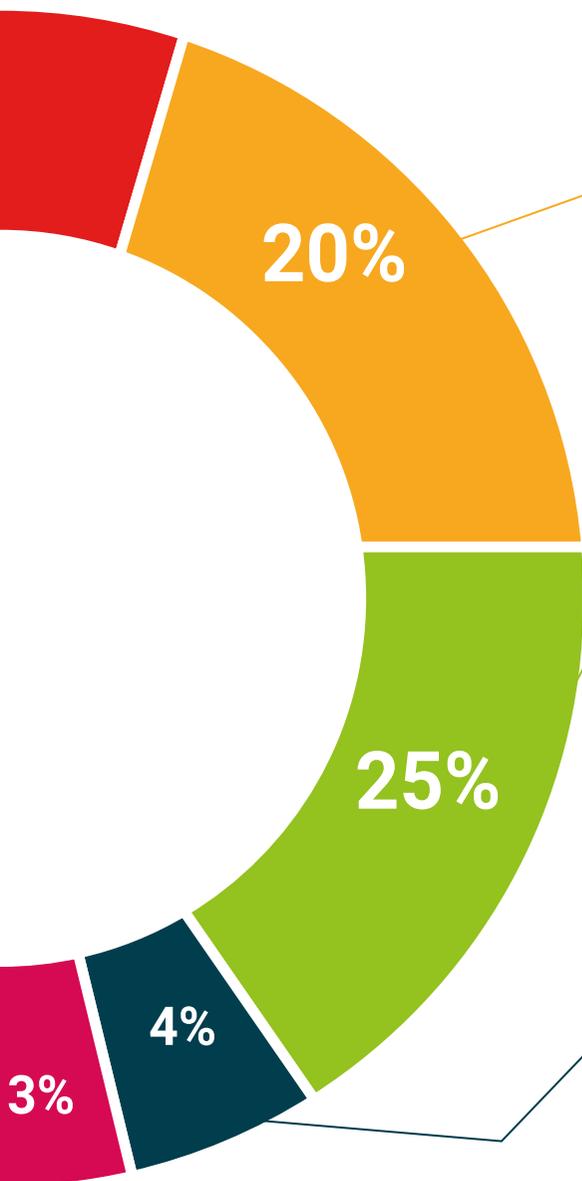
Serão realizadas atividades para desenvolver as habilidades e competências específicas em cada área temática. Práticas e dinâmicas para adquirir e ampliar as competências e habilidades que um especialista precisa desenvolver no contexto globalizado em que vivemos.



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que for necessário para complementar a sua capacitação.





Estudos de caso

Os alunos irão completar uma seleção dos melhores estudos de caso escolhidos especialmente para esta capacitação. Casos apresentados, analisados e orientados pelos melhores especialistas do cenário internacional.



Resumos interativos

A equipe da TECH apresenta o conteúdo de forma atraente e dinâmica através de pílulas multimídia que incluem áudios, vídeos, imagens, gráficos e mapas conceituais para consolidar o conhecimento.

Este sistema exclusivo de capacitação por meio da apresentação de conteúdo multimídia foi premiado pela Microsoft como "Caso de sucesso na Europa"



Testing & Retesting

Avaliamos e reavaliamos periodicamente o conhecimento do aluno ao longo do programa, através de atividades e exercícios de avaliação e autoavaliação, para que possa comprovar que está alcançando seus objetivos.



07

Certificado

O Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos garante, além da capacitação mais rigorosa e atualizada, o acesso a um título de Mestrado Próprio emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

*Conclua este programa de estudos
com sucesso e receba o seu certificado
sem sair de casa e sem burocracias”*

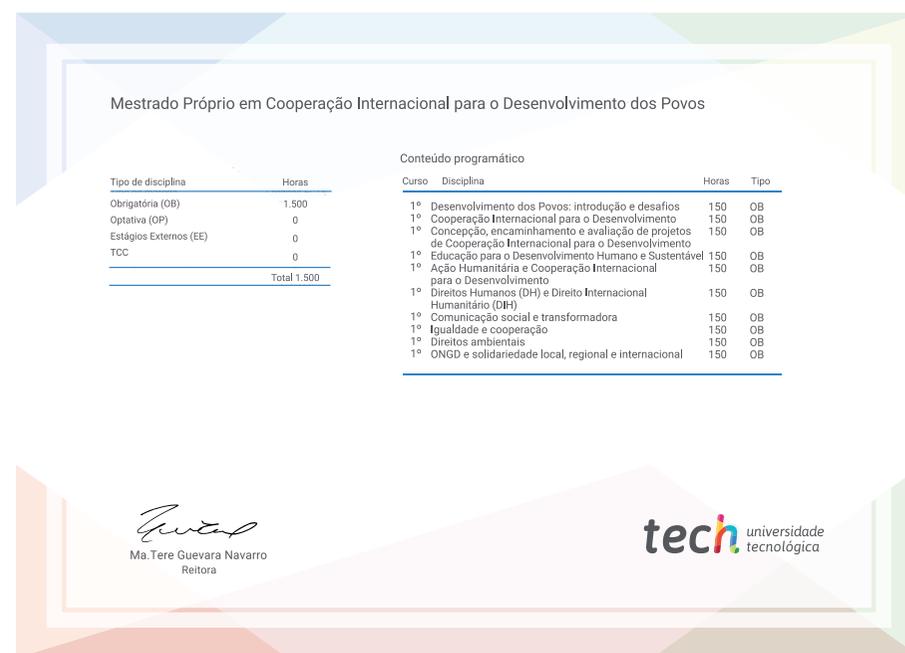
Este **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos** conta com o conteúdo mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no Mestrado Próprio, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de empregos, concursos públicos e avaliação de carreira profissional.

Título: **Mestrado Próprio em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Povos**

N.º de Horas Oficiais: **1.500h**



*Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.

futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compromisso
atenção personalizada
conhecimento inovação
presente qualidade
desenvolvimento

tech universidade
tecnológica

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento
dos Povos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificado: TECH Universidade Tecnológica
- » Dedicção: 16h/semana
- » Horário: no seu próprio ritmo
- » Provas: online

Mestrado Próprio

Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento dos Povos



tech universidade
tecnológica